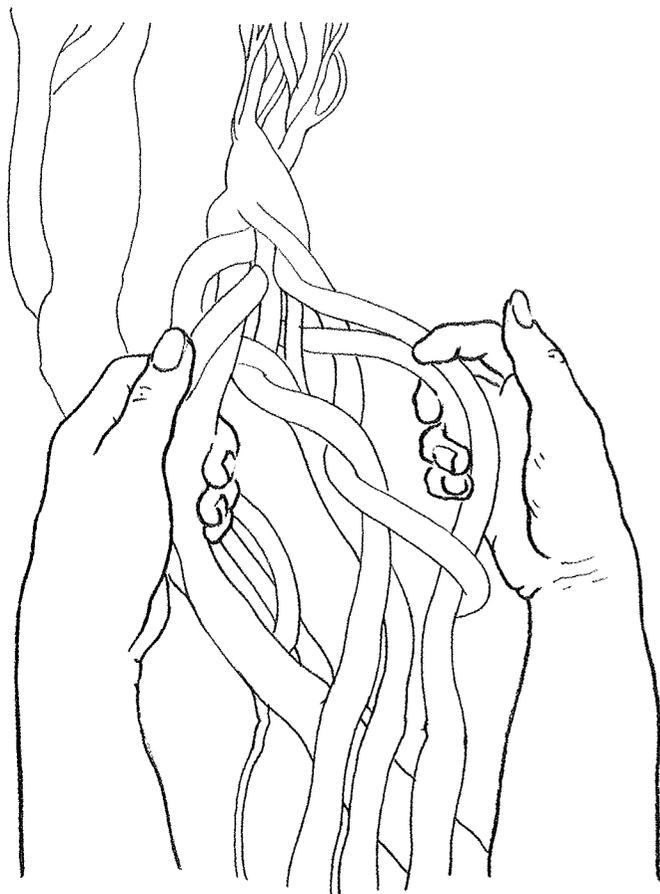


# Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão\*

sección general



*Palabras clave:*  
*desarrollo local,*  
*artesano, cooperativa.*

*Recibido:* 28-06-04  
*Aprobado:* 05-10-04

*\* Doutora pela*  
*Universidad*  
*Complutense de*  
*Madrid.*

## RESUMO

El tema del ensayo está insertado en un tipo de estrategia de supervivencia de la producción local frente a las transformaciones de los sistemas tradicionales de producción. Se refiere a cooperativas de mujeres en la Zona da Mata de Pernambuco, en el pueblo de Lagoa do Carro. Dichas cooperativas vienen desarrollando un trabajo de producción de alfombras artesanales que son hechas, en general, en el propio hogar de las mujeres y que son comercializadas en una pequeña tienda localizada al margen de la carretera PE - 90. La investigación busca rescatar el contexto histórico-social que hizo que la región, que tradicionalmente producía azúcar, formara una cooperativa de mujeres, lo cual representa una resistencia al creciente desempleo en el campo y está insertada en la nueva coyuntura social, donde es rescatada la proximidad del espacio del trabajo y del hogar. Además trae al debate la participación de género en la sociedad y la creciente comprensión de la lucha por la ciudadanía. Una experiencia de desarrollo sustentable frente a la globalización, un desafío de inclusión social en el siglo XXI.

## ABSTRACT

O tema do ensaio está inserido num tipo de estratégia de sobrevivência da produção local frente as transformações nos sistemas tradicionais de produção. Refere-se a cooperativas de mulheres na Zona da Mata de Pernambuco, no município de Lagoa do Carro. Cooperativas que vem desenvolvendo um trabalho de produção de tapetes artesanais que são feitos na própria casa das mulheres e que são comercializadas numa pequena loja localizada na margem da PE - 90. A pesquisa buscou resgatar o contexto histórico-social que possibilitou o empreendimento. A zona da Mata é uma região que tradicionalmente produz cana-de-açúcar. As cooperativas de mulheres representa uma resistência ao crescente desemprego no campo e está inserida na nova conjuntura social, onde está sendo resgatada a proximidade do espaço de trabalho e de moradia. Também destaca o debate sobre a participação de gênero na sociedade e a crescente luta por uma plena cidadania. Uma experiência de desenvolvimento sustentável frente a globalização, um desafio de inclusão social no século XXI.

## Introdução\*

Nos grandes centros urbanos, a falta de emprego é crescente, nas pequenas cidades o problema também se avoluma; nelas o mercado de trabalho apresenta-se, geralmente, pouco diversificado. Em geral, existem apenas pequenos comércios onde a mão-de-obra utilizada é familiar, sendo a Prefeitura Municipal o maior empregador. Assim, os habitantes que não conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal vivem de pequenos *bicos* em atividades diversas ou migram para outros espaços onde o mercado de trabalho lhes pareça ser mais acessível.

No entanto, atualmente, a população de muitos municípios brasileiros (em Pernambuco temos alguns exemplos, como Ibimirim, Poção, Passira, Salgadinho e outros) encontraram na atividade artesanal uma saída para a falta de emprego e renda. Atividade que tem possibilitado melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento local e diminuição do êxodo rural.

Os pequenos municípios apresentam necessidades parecidas –carência de infra-estrutura, exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados, baixos níveis de renda e, conseqüentemente, de poupança-. Neste contexto está inserida a cidade de Lagoa do Carro, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco, com uma área de 72 km<sup>2</sup> e população de 13.083 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo 2000, distante aproximadamente 60 km do Recife, capital de Pernambuco.

O distrito de Lagoa do Carro foi elevado a categoria de município autônomo pela lei estadual n<sup>o</sup> 10.619, datada de 1<sup>o</sup>. de outubro de 1991, tendo seu território desmembrado do território do município de Carpina.

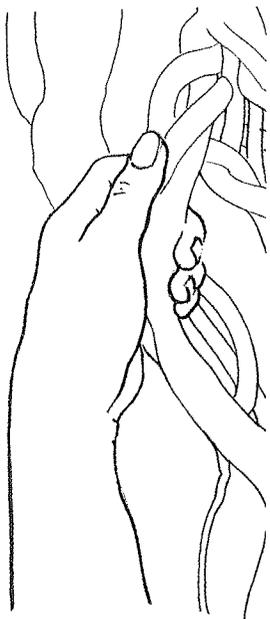
Conta-se que o nome *Lagoa do Carro* surgiu do naufrágio de um carro de boi carregado de tijolos que caiu dentro da única lagoa do lugar e nunca foi retirado. Antes o povoado era chamado de Terra de Santana e recebeu seu primeiro habitante em 1710. Ao longo dos anos, o lugar pertenceu a diversos municípios da região até conquistar sua emancipação.

Por volta do ano de 1975, a população daquele lugar teve a oportunidade de conhecer e aprender o trabalho artesanal da tapeçaria. A partir de então, a atividade proliferou-se entre os moradores a ponto de se tornar uma de suas principais atividades econômicas, representando hoje a segunda fonte de renda do município.

### *Terra do tapete*

Hoje, Lagoa do Carro é caracterizada por sua especialidade na produção de tapeçarias (tapetes, almofadas, passadeiras, quadros, pesos de porta, etc.), cujas matérias-primas utilizadas são tela, lã, linha, cola e forro. A produção artesanal de tapetes está aproveitando a mão-de-obra ociosa por falta de um mercado formal de trabalho e, com isso, está permitindo a muitas pessoas ter uma ocupação que lhes proporcione uma renda, melhorando assim a qualidade de vida.

*\* O trabalho contou com a colaboração de Rosilene Rosa da Silva, aluna UFRPE que desenvolveu comigo uma monografia sobre o tema, e da fotógrafa Juliana Leitão.*



A arte da tapeçaria em Pernambuco é relativamente nova: tem aproximadamente quarenta anos. Inicialmente, os desenhos apenas reproduziam os azulejos portugueses aplicados nas fachadas e construções recifenses, mas aos poucos elementos da cultura nordestina também foram ganhando espaço.

Dois municípios pernambucanos –Camaraigibe e Lagoa do Carro– são especializados na tapeçaria feita de forma artesanal. Seus desenhos têm predominância floral e geométrica retratando a flora e fauna locais, mas com um leve toque ibérico, pois sua inspiração vem do vilarejo de Arraiolos, em Alentejo (Portugal). Camaraigibe também é um município da zona da mata do estado.

Mulheres de todas as idades dominam a atividade na cidade conquistando melhorias para suas vidas e ajudando o município a se destacar no cenário estadual e nacional, a ponto de se tornar conhecida nacionalmente como a “terra do tapete”.

Por proporcionar mais emprego e produção, o artesanato torna-se importante fator de fomento social e econômico, sobretudo para pequenas cidades, onde a capacidade mínima que as pessoas têm de poupar reduz sua capacidade de investir.

Toda atividade artesanal é realizada com menos dispêndio de capital em locais onde a matéria-prima é própria da região onde o artesão vive e trabalha. Isso não ocorre em Lagoa do Carro, onde uma boa parte de sua população está envolvida com a produção artesanal de tapetes; por isso, uma das maiores dificuldades encontradas pelas artesãs da cidade está justamente na aquisição da matéria-prima.

A globalização, a sustentabilidade, o desemprego, a violência e tantas outras questões complexas da atualidade estão intimamente ligadas ao conceito de espaço local. De acordo com Buarque (1999: 24), “o local está inserido numa realidade ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas”. Desse modo, o local não representa apenas um lugar específico, mas revela as articulações do local com o global.

Para Vieira (1997: 71), a globalização redimensionou as noções de tempo e espaço, pois em segundos notícias correm o mundo, capitais entram e saem de um país através de transferências eletrônicas, novos produtos são fabricados simultaneamente em muitos países e em nenhum deles isoladamente. Assim, fenômenos globais influenciam fatos locais e vice-versa.

O global e o local se interpenetram e se tornam inseparáveis. O global investe o local, e o local impregna o global. Não se trata mais de duas instâncias autônomas que se relacionam de uma determinada maneira, influenciando-se reciprocamente mas mantendo cada uma sua identidade. Trata-se agora de um processo que engloba, em seu movimento, o local e o global combinados (Vieira, 1997: 71).

### *Gênese da tapeçaria em Lagoa do Carro*

Contam os moradores que, por volta de 1976, Lagoa do Carro, que na época ainda não era cidade e sim um distrito do município de Carpina, recebeu uma nova moradora: Tereza Lira. Através desta senhora a

comunidade conheceu e aprendeu o ofício da tapeçaria. Contam também que Tereza Lira trabalhava produzindo tapetes para uma grande loja de tapetes do Recife chamada Tapeçaria Casa Caiada e, chegando em Lagoa do Carro, resolveu ensinar seu ofício para as moradoras do lugar, certamente com o objetivo de aumentar sua produção.

É natural que o novo ofício despertasse o interesse da população daquele lugar, pois, afinal de contas, acabava de surgir uma nova forma de se conseguir alguma renda, por mínima que fosse. Assim, com o passar o tempo o número de tapeceiras era tão expressivo que a própria Tapeçaria Casa Caiada resolveu, após entendimento com as artesãs, fornecer matéria-prima para que elas produzissem seus tapetes e ao final de cada encomenda o pagamento de uma quantia x pelo trabalho realizado. Tal modo de produção a comunidade já experimentava com a senhora Tereza Lira, só que agora a quantidade de matéria-prima fornecida seria bem maior. Com isso aumentou ainda mais o interesse das artesãs pelo ofício e a produção da tapetes na cidade foi se tornando cada vez maior.

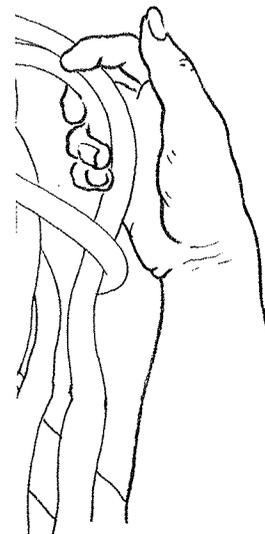
Ao princípio todos estavam satisfeitos. A tapeçaria Casa Caiada por estar bem servida de mão-de-obra a baixo custo e sem qualquer vínculo empregatício, e as tapeceiras da comunidade por haver encontrado um trabalho e uma renda, mínima mas certa. Entretanto, com o passar do tempo houve uma reação por parte de algumas artesãs –por se sentirem exploradas em sua mão-de-obra– que começaram a se articular em busca de uma produção independente, e a

alternativa mais viável por elas encontrada foi a fundação de uma associação.

Ammann (1980: 57) defende a idéia de que, organizadas em associações, as pessoas podem partilhar seus interesses e adquirir um certo poder reivindicatório. Segundo ela, “atomizados e dispersos, os indivíduos não têm voz nem peso”. Segundo Maia (1985: 21-23) essa é também a forma ideal para garantir uma maior rentabilidade ao artesanato, pois se sozinho o artesão não pode desenvolver sua produção ou enfrentar a comercialização, unindo-se a outros poderá se constituir uma força em busca de interesses comuns. Somando esforços a produção poderá adquirir maior proporção:

O associado tem na cooperativa um lugar garantido para entregar sua produção, vendendo seu produto diretamente, pelo custo real, e recebendo o pagamento contraentrega. Assim poderá livrar-se da ação do atravessador, que visa adquirir os produtos a baixo custo, além de manter o artesão produtor sob várias formas de dominação (Maia, 1985: 23).

A proposta de concretização da idéia de uma “produção independente” passou a tomar forma por volta de 1986. Em 1987, elas começaram se mobilizar fazendo reuniões nas calçadas, na praça, nas suas próprias casas visando conscientizar as artesãs envolvidas da importância de se criar uma associação. Finalmente, em 1988 foi fundada a Associação das Tapeceiras de Lagoa do Carro. Em 1997, um outro grupo de tapeceiras também resolveu unir forças e formar uma cooperativa: a Cooperativa Arte Nossa. Algumas



<sup>1</sup> Anualmente a tapeçaria produzida em Lagoa do Carro é vendida em várias feiras de artesanatos realizadas em vários estados brasileiros, o que é uma forma de ampliar as vendas e a fama. Por falar em fama temos que citar também o destaque dado pela Rede Globo, no final do ano passado (2003), à produção artesã de tapetes daquela cidade com a realização de uma reportagem que foi exibida em duas de suas programações: uma de abrangência regional (programa Globo comunidade) e outra de abrangência nacional e internacional (programa Mais você) apresentado por Ana Maria Braga. Algumas tapeceiras do lugar também lembram e exibem com orgulho uma reportagem realizada sobre a tapeçaria produzida na cidade pela revista Casa Cláudia da Editora Abril, publicada em maio de 1999 com o nº 05 e que teve como título "As senhoras dos tapetes".

<sup>2</sup> Inclusive, a maioria delas.

das artesãs deste grupo, inclusive, já haviam sido sócias da Associação das Tapeceiras, mas haviam se desligado por motivos de desentendimento com relação a assuntos relacionados a organização da mesma.

Com relação as instalações, ambas ficam às margens da rodovia PE-90 com poucos metros de distância uma da outra. A associação ocupa um imóvel próprio, conseguido através do Prorural, enquanto a cooperativa ocupa um imóvel que é alugado. As despesas de cada uma delas são pagas através da arrecadação de uma mensalidade paga por cada associada. Ambas ficam abertas ao público todos os dias, graças a uma escala semanal. Desse modo, cada associada fica responsável pela manutenção do espaço aberto – pelo menos, por meio expediente, de acordo com a escala – visando a comercialização de seus produtos.

Quanto à produção, associação e cooperativa trabalham do mesmo modo. Cada associada produz de forma individual, ou seja, cada uma produz conforme sua disponibilidade de tempo e de matéria-prima. À medida que seus produtos vão ficando prontos elas vão colocando à venda na sede da associação ou cooperativa. O trabalho em conjunto só é feito caso tenham que atender uma grande encomenda, o que não é muito comum.

A aquisição da matéria-prima é feita, geralmente, em nome da associação e/ou cooperativa, pois desta forma consegue-se comprar em grosso a preço mais acessível. Para tanto, cada associada deve informar aos responsáveis pela compra, a quantidade de matéria-prima que vai poder adquirir, como

também repassar para estes o valor correspondente ao seu pedido. Desse modo, nem a associação nem a cooperativa têm estoques de matéria-prima, e sim cada associada, individualmente.

A atividade artesanal da tapeçaria vem há vários anos fazendo parte do cotidiano de muitas mulheres do município de Lagoa do Carro, representando, assim, a oportunidade de inclusão social. É grande o número de mulheres (estima-se aproximadamente 2.000) que se dedicam a tapeçaria artesanal. Atividade que ocupa a segunda fonte de renda do município e conhecida em todo Brasil através da ativa participação em feiras de artesanatos, como também através de divulgação nos meios de comunicação, como Internet, jornais, revistas e televisão<sup>1</sup>.

Parte deste sucesso se deve a fundação da Associação das Tapeceiras em 1988 e da Cooperativa Arte Nossa em 1997. Sem dúvida, um passo muito importante dado pelas artesãs da comunidade, visto que possibilitou às associadas produção e comercialização da tapeçaria de forma "independente".

Entretanto, a grande maioria das tapeceiras do lugar continuam a produzir sob a mesma forma de dependência que foi instalada desde a introdução da atividade, há quase trinta anos. Ou seja, apenas as tapeceiras associadas à associação ou à cooperativa produzem com matéria-prima própria. As demais continuam a fornecer sua mão-de-obra para a Tapeçaria Casa Caiada<sup>2</sup>, para os donos de lojas da cidade, como também para as tapeceiras da associação e da cooperativa. Diante da constatação de que é muito pequeno o número de artesãs que participam

da Associação das Tapeceiras e da Cooperativa Arte Nossa se compararmos com o expressivo número de mulheres que vivem da tapeçaria na cidade, resolvermos fazer o seguinte questionamento: por que há tão pouco interesse das artesãs em se tornarem sócias? Seria a falta de informação sobre os benefícios que o trabalho em grupo pode proporcionar? Seria falta de condições de se tornar membro dentro dos moldes em que estão estruturadas tanto a associação quanto a cooperativa? Seria puro conformismo já que estão acostumadas a vender sua mão-de-obra desde quando a tapeçaria foi introduzida na cidade? Ou seria pura falta de uma cultura de cooperação entre os artesãos da comunidade?

Na cidade de Lagoa do Carro é comum encontrarmos imagens de mulheres sentadas, com tela no colo, lâ e agulha nas mãos, confeccionando “seus” tapetes. Durante o dia, algumas preferem ficar no terraço ou na calçada de suas casas, dividindo seu tempo e sua atenção entre a tapeçaria e os afazeres domésticos. Outras preferem se juntar em grupos, à sombra de árvores, onde bordam os tapetes enquanto conversam sobre assuntos ligados ao seu cotidiano. À noite elas também trabalham, algumas em seus terraços, outras nas calçadas, de preferência bem iluminadas. Nessa rotina, dia à dia, ponto por ponto, as artesãs fazem lindos trabalhos. A observação se deu nas várias visitas<sup>3</sup> que fizemos à comunidade com a finalidade de conhecer e entender como se processa a atividade artesanal naquele lugar, desde os modos de produção até a comercialização dos produtos. Neste meio tempo participamos

(apenas como observadores) de uma das reuniões mensais realizadas entre as tapeceiras da associação e acompanhamos os preparativos que antecedem a participação das tapeceiras associadas em feiras artesanais, como também tomamos a iniciativa de visitar o *stand* onde estava à venda a tapeçaria produzida pelas artesãs associadas de Lagoa do Carro, na 1ª Fena Hall realizada no Classic Hall entre os dias 9 e 18 de janeiro de 2004.

### **Desenvolvimento local versus sustentabilidade**

De acordo com Vieira (1997: 127), as teorias de desenvolvimento do século XX defendiam a idéia de que só o crescimento econômico poderia promover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades, mas, ao contrário do previsto, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento da pobreza e a exclusão social. Em decorrência disso, o predomínio político de uma lógica econômica exclusiva começa a ser abalada. Hoje está na ordem do dia a discussão de um novo padrão de desenvolvimento, rejeitando os tradicionais indicadores quantitativos de produção em benefício de indicadores de sustentabilidade. Neste contexto, o tema do “desenvolvimento local” vem sendo objeto de grandes debates. A cada dia aumenta mais a discussão sobre esta temática, associada agora ao conceito de sustentabilidade. Juntos representam ao mesmo tempo uma oportunidade de inclusão social na medida em que promovem a dinâmica econômica melhorando a qualidade de vida das pessoas –através do

<sup>3</sup> *Inicialmente as visitas eram semanais; na metade do mês de maio a estadia na cidade durou uma semana e, posteriormente manteve-se os intervalos de uma vez á semana.*

<sup>4</sup> Baseia-se no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais (Jara, 1999: 72).

aproveitamento das potencialidades endógenas<sup>4</sup>—, representam também uma saída para minimizar os impactos que a política global provoca ao meio ambiente e representam, ainda, um compromisso com a qualidade de vida das gerações futuras.

Este “local” tão falado, tão discutido, pode ser um país, um estado, um município, um bairro, uma rua. Porém, de acordo com Jara (1998: 305), o local não pode ser reduzido ao espacial, ao geográfico, pois ele é bem mais abrangente e diz respeito a relações sociais e políticas dentro de uma fronteira, de um espaço territorial. Na verdade, ele envolve uma rede de relações (dominação, cooperação, reciprocidade, conflito, participação, exclusão, etc.) que embaçam determinadas práticas e comportamentos. Assim, para se saber o que caracteriza um certo tipo de realidade local é preciso que se conheçam as relações existentes, pois os relacionamentos sociais condicionam uma determinada situação. Portanto, para se mudar qualquer realidade é preciso transformar as relações existentes. Assim, para Buarque (1999: 23), desenvolvimento é substancialmente

um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Entretanto, para ser um processo consistente e sustentável o desenvolvimento deve pro-

porcionar a elevação das oportunidades sociais, como também a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, sua internalização na economia local e o fortalecimento da capacidade de investimentos e gastos das instituições públicas, ao mesmo tempo em que garante a conservação dos recursos naturais.

A noção de desenvolvimento sustentável tornou-se famosa após haver sido adotada pelo Relatório Bruntland (ONU, 1987), publicado no mundo inteiro com o nome de *Nosso futuro comum*. Este relatório denuncia a inviabilidade dos atuais modelos de desenvolvimento, já que seguem padrões de crescimento econômico não-sustentáveis a longo prazo, e apresenta o desenvolvimento sustentável como aquele que deve atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro.

Para Jara (1998: 34), o desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudança sociopolítica, socioeconômica e institucional que visam garantir a satisfação das necessidades básicas das pessoas e a equidade social, no presente e no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo. Essa sustentabilidade é alcançada quando atinge as esferas ecológica, econômica e social. Na esfera ecológica se dá a conservação dos ecossistemas e o manejo racional do meio ambiente e dos recursos naturais; na esfera econômica dá-se a promoção de atividades produtivas razoavelmente rentáveis preocupadas mais com a

qualidade de vida que com a quantidade da produção, que tenham relativa permanência no tempo; e na esfera social as atividades e o conteúdo dos processos de desenvolvimento são compatíveis com os valores culturais e com as expectativas das sociedades. Existe uma base de consenso entre os atores sociais participantes que permite controlar as decisões e as ações que afetam seu destino.

O desenvolvimento sustentável surge como uma resposta ao modelo de crescimento implantado, cuja proposta é, na visão de Jara (1998: 45), “insustentável como modelo de desenvolvimento humano”. Tal insustentabilidade resulta dos padrões dominantes de produção e consumo que operam segundo o valor do crescimento ilimitado, consumista e competitivo. Na verdade, o desenvolvimento local sustentável é uma nova concepção de desenvolvimento capaz de responder e enfrentar os problemas econômicos, sociais e ambientais da atualidade, causados por um modelo de crescimento que ameaça a conservação e a produção dos recursos materiais e que apresenta uma insustentabilidade política e social devida à profunda desigualdade na distribuição da riqueza e da qualidade de vida.

Compartilhando o mesmo pensamento, Buarque (1999: 51) afirma que o crescimento das atividades econômicas e da população nos níveis e padrões atuais tende a degradar e a destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando no futuro a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população, e alerta

que o que vem garantindo o sucesso deste modelo de crescimento é o crescente aumento do consumismo da população, pois é justamente o consumo que faz com que a máquina econômica funcione a todo vapor. Não é à toa que a cada dia aumenta mais o número de pessoas programadas a consumir sua renda de forma independente, estimuladas pela mídia. Analisando esta temática, Jara (1998: 46) denuncia “que contaminados por um sofisticado e agressivo esquema de propaganda, os povos revelam-se como um amontoado de reflexos condicionados, prontos a se *macdonaldizar* ou *cocacolicizar*”. O poder da mídia moderna promove uma integração das sociedades ao mercado de consumo, condicionando uma vida social permanentemente insatisfeita:

Na sociedade globalizada opera massivamente um sistema de (des)informação visual no qual a imagem artificial mexe tanto com a personalidade quanto com a sensibilidade dos homens de forma intensa, condicionando comportamentos e atitudes materialistas, formando estados de ânimo que alimentam o consumo. E isso faz com que a máquina econômica funcione, que o lucro se alimente às custas de uma permanente insatisfação (Jara, 1998: 46).

A insatisfação é realmente uma constante, pois rapidamente as coisas mudam, o que vai provocando nas pessoas –pelo menos naquelas que não têm condições de adquirir de imediato a mais recente novidade colocada à venda no mercado– uma certa angústia, já que estão a todo momento programadas a imitar o padrão de consumo das elites dos países desenvolvidos. Não devemos esquecer

territórios 13

<sup>5</sup> Com relação a referência feita à obra de Marilena Chauí, não encontramos na obra de Jara nenhum outro dado além do ano (1984).

também que a globalização tende a universalizar valores, modificar identidades, crenças, formas de pensamento e até expectativas. Na corrida global da humanidade em direção à sociedade de consumo, a mídia promove um processo de homogeneização cultural inventando novas expressões culturais que penetram em quase todos os povoados do mundo. De acordo com Demo (1996: 96), a desagregação das identidades culturais através dos meios de comunicação, da pressão homogeneizante dos centros, da invasão de padrões externos, contribui para enfraquecer a energia participativa de um povo, levando a consolidar posições de dependência e de subalternidade.

Assim, a sociedade assiste de forma passiva e desinformada à implementação de uma política programada de exclusão e dependência. Para Chauí<sup>5</sup> (*apud* Jara, 1998), “as pessoas participam na passividade, não exercem uma cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, pode criar novos direitos e influenciar nas decisões”. Jara (1998: 308) assegura que “é muito difícil combater a pobreza partindo da passividade” e esclarece que a passividade não significa falta de ação, mas, principalmente, falta de poder ou, em outras palavras, falta de energias políticas. Tal “despoderamento” faz com que as comunidades fiquem temerosas de se expressar e, principalmente, de articular suas reivindicações. Exercendo uma cidadania passiva, as comunidade ficam sem potencial transformador, incapazes de gerenciar por si mesmas seus assuntos fundamentais ou realmente prioritários, sem sequer ter consciência de que se resignam a viver em condições

de dependência. Ficam, na verdade, relativamente incapacitadas de enxergar além do cotidiano, das coisas imediatas.

Costa (2002: 32), analisando a questão do desenvolvimento local sustentável no Brasil, afirma que a incapacidade de gerar níveis de consenso e coesão social capazes de conduzir a ações concretas dotadas de sustentabilidade tem sido nossa maior debilidade histórica. Nossa tendência maior, segundo ele, tem sido o chamado “fogo de palha”: consensos retóricos e ações desenvolvidas sob o signo do imediatismo e da descontinuidade, que acabam causando em quem participa dessas iniciativas uma certa frustração, desenvolvendo, assim, uma atitude básica de desconfiança na ação coletiva.

Pedro Demo denominou de “pobreza política” o “despoderamento” social que Jara (1998) identificou como falta de poder ou falta de energia política. Para Demo (1996), pobre não é apenas quem não tem um emprego ou recebe remuneração abaixo dos limites da sobrevivência. Pobre também é a pessoa que é privada de sua cidadania, ou seja, que vive em estado de manipulação, ou destituída da consciência de sua opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos. De acordo com Demo (1996), várias situações denunciam nossa pobreza política; dentre tantas situações citadas por ele destacamos uma em que afirma que “é politicamente pobre o cidadão que só reclama mas não se organiza para reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir” (1996: 23).

Para Jara (1998: 310), desenvolvimento local sem “empoderamento” social, sem pro-

postas que possam acordar o “político interior” e mobilizar as energias políticas, particularmente dos excluídos, não produz mudanças significativas nos relacionamentos. Por isso, ele defende que, para se atingir uma transformação intensa, voltada para um desenvolvimento sustentável, é preciso que se trabalhe nas pessoas o desejo de mudar, a vontade de mudar e a capacidade de mudar. Este é o caminho para a construção de um desenvolvimento realmente humano:

*O empoderamento* comunitário é recurso essencial, pré-requisito da eficiência econômica e condicionante da equidade, porque é a política que comanda a economia e é a cultura que comanda a política. Precisamos, por conseguinte, desenvolver uma política cultural, psicológica e espiritual do desenvolvimento (Jara, 1998: 312).

Sobre o tema Costa (2002: 21) afirma que o Brasil precisa desenvolver uma autêntica “cultura de cooperação”; no entanto, reconhece que isso não é algo fácil de se conseguir, pois muitos traços culturais<sup>6</sup>, os quais ele denominou de “dragões da maldade” –herança trágica de nosso passado–, estão presentes até hoje em graus diversos em todas as regiões e em várias instâncias, o que acaba impedindo ou inibindo o desenvolvimento de uma cultura voltada para a cooperação. A presença dos dragões da maldade em nossa sociedade acaba provocando nas pessoas várias reações negativas, como descrença nas suas próprias forças e na de seus iguais, resistência à mudanças, desconfiança uns nos outros e nas instituições, apego às relações verticais de poder e ao velho clientelismo político, desapeço pelas inovações

e técnicas trazidas por gente de fora e incapacidade para buscar saídas coletivas. Tudo isso impede que uma comunidade tenha a capacidade de dinamizar o seu potencial, fator primordial para o desenvolvimento de qualquer local.

### **Inclusão social: desafios e conquistas**

Os graves problemas sociais –pobreza, fome, desemprego, mendicância, violência, entre outros– oriundos do predomínio das políticas neoliberais e de uma economia mundialmente globalizada revelam a cada dia o aumento da exclusão social. Este fenômeno vem afetando de maneira multivariada os povos de todo o mundo desde muito tempo; com isso, a temática da “exclusão social” vem se tornando praticamente obrigatória nos debates sobre a sociedade contemporânea, tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes.

Este tema, porém, não é um tema simples de ser discutido em virtude das várias formas de exclusão social existentes, as quais todo indivíduo está sujeito. Para Singer (2000: 63), “é sem dúvida incomum uma pessoa [...] completamente excluída ou incluída no tecido social”. Uma pessoa pode ser excluída socialmente por conta da cor de sua pele, por conta de seu gênero ou por conta da região onde mora. Entretanto, a maioria das formas de exclusão social estão fortemente associadas à pobreza. Nos países do Terceiro Mundo existe uma forma de exclusão social que é a forma mais ampla que existe: a exclusão econômica. As vítimas deste tipo de exclusão provavelmente

<sup>6</sup> No âmbito político podemos identificar o clientelismo e o fisiologismo; na administração, a burocracia e o corporativismo; na cooperação técnica, a auto-suficiência e o formalismo, e, no exercício da cidadania, a passividade e o conformismo (Costa, 2002).

tornam-se excluídas da maioria das outras redes sociais.

O Brasil é uma terra de desigualdades, onde o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homens e mulheres, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e baixa escolaridade, é muito grande. No entanto, a desigualdade de renda, *status* social ou reconhecimento legal é apenas o outro lado da moeda da exclusão social. Os excluídos em termos de aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque outros obtêm demais.

A pobreza no Brasil tem raízes profundas, históricas. Teve início a partir das culturas primariamente oprimidas: os índios e os negros escravos. Posteriormente, essa massa sofreu o acréscimo de seus descendentes (bugres, caboclos, mamelucos, mulatos e cafusos) que viveram ao longo de vários séculos afogados por sistemas sociais injustos e excludentes.

Para Nascimento (*apud* Lesbaupin, 2000), “exclusão social” refere-se à ruptura de laços sociais, de vínculos, que vai desde a discriminação, passando pela perda de direitos, até a ausência de direito a ter direitos. A velha exclusão social esteve associada à baixa renda e ao baixo grau de instrução; entretanto, mudanças ocorridas ao longo dos anos em todo o mundo registraram um agravamento na trajetória da exclusão social. Assim, os fenômenos associados à velha exclusão (baixa renda e baixa instrução) foram acrescidos de novos fenômenos (violência, desemprego maciço e de longa duração).

Essa nova “exclusão social” tem raiz na redução progressiva dos postos de trabalho: numa sociedade onde os direitos se baseiam no trabalho assalariado, o desemprego prolongado provoca a perda dos mesmos até o ponto em que o indivíduo passa a ser visto como incômodo e mesmo como perigoso. Este contingente sem trabalho deixa de ser “exército de reserva” para se transformar em lixo industrial, ou seja, não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem também as qualidades requeridas para obter trabalho.

### As artesãs e seu contexto social

A pesquisa foi realizada através de várias visitas feitas à comunidade entre os meses de janeiro e maio de 2004 e da aplicação de um questionário a 45 artesãs, sendo 13 delas associadas à Associação das Tapeceiras, 12 associadas à Cooperativa Arte Nossa e 20 não associadas. É importante conhecer alguns dados do universo das artesãs pesquisadas.

Quanto ao grau de instrução, constatamos que a maioria delas, 27 (correspondentes a 60%) das 45 artesãs pesquisadas, possuem apenas o ensino fundamental; dessas 27, 11 completaram esta etapa e 16 não. Em segundo lugar aparecem as artesãs que possuem o ensino médio: 15 das 45 pesquisadas (correspondentes a 33,3%), sendo que 14 delas completaram esta etapa e uma delas não completou. Em terceiro lugar aparecem artesãs que não têm nenhuma instrução: 3 das 45 pesquisadas (representando 6,7%).

TABELA 1  
FAIXA ETÁRIA DAS ARTESÃS PESQUISADAS

Idade	QTDE		Total	%
	Associadas	Não associadas		
20 a 29 anos	0	1	1	2,2
30 a 39 anos	11	9	20	44,5
40 a 49 anos	8	5	13	28,9
50 a 59 anos	4	3	7	15,5
60 a 69 anos	2	2	4	8,9
TOTAL	25	20	45	100

Fonte: Pesquisa realizada na comunidade entre os meses de abril e maio de 2004.

GRÁFICO 1  
FAIXA ETÁRIA DAS ARTESÃS PESQUISADAS



*territórios 13*

TABELA 2

GRAU DE INSTRUÇÃO DAS ARTESÃS PESQUISADAS POR FAIXA ETÁRIA

Idade	Sem instrução	Ensino fundamental (incompleto)	Ensino fundamental (completo)	Ensino médio (incompleto)	Ensino médio superior (completo)	Total
20 a 29 anos	0	0	0	0	1	1
30 a 39 anos	0	3	6	0	11	20
40 a 49 anos	0	5	5	1	2	13
50 a 59 anos	1	6	0	0	0	7
60 a 69 anos	2	2	0	0	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>45</b>
<b>%</b>	<b>6,7</b>	<b>36</b>	<b>24</b>	<b>2,2</b>	<b>31,1</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa realizada na comunidade entre os meses de abril e maio de 2004.

GRÁFICO 2

GRAU DE INSTRUÇÃO DAS ARTESÃS PESQUISADAS POR FAIXA ETÁRIA



Assim, mulheres de diversas idades, em geral com baixo nível de instrução, dominam a atividade de artesanato na referida cidade, conquistando melhorias para suas vidas e ajudando o município a se destacar no cenário estadual e nacional, como a “terra do tapete”.

Também é importante ressaltar que a faixa etária em que predomina a atividade é o intervalo de 30 a 49 anos, assim:

- a) A partir dos 30 anos é comum a mulher do nordeste brasileiro ser chefe de família; o homem migra para centros maiores; também devido aos casamentos em torno dos 20 anos pode ficar sozinho com vários filhos por separação conjugal.
- b) Os jovens em geral apresentam certo grau de rejeição por atividades tradicionais que aparentemente não apresentam muitas possibilidades de ascensão social.
- c) A partir dos 50 anos as dificuldades em termos oftalmológicos começam a surgir, e a atividade exige boa qualidade visual.

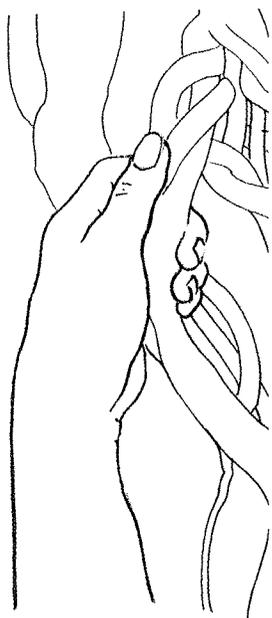
Vítimas da exclusão social, principalmente expressa na falta de um emprego formal que lhes permita viver com um mínimo de dignidade, elas buscam formas de inserir-se no mundo do trabalho para assim amenizar as conseqüências que a falta de emprego pode trazer para suas vidas e para a sociedade como um todo. Exclusão gerada na baixa renda e baixa instrução, este contingente com baixa capacidade de gerar renda não tem também as qualidades necessárias ao empoderamento dos direitos de ser cidadão. A desqualificação social as desqualifica di-

ante de si mesmas e do grupo ao qual pertencem.

A partir do até então exposto retomamos as questões anteriormente mencionadas e iniciamos pelo aparentemente pouco interesse em associarem-se. Sobre a temática algumas considerações podem contribuir na compreensão do fato social:

- a) A realidade local das cidades da Zona da Mata do nordeste do Brasil é caracterizada por forte desigualdade social, desigualdade expressada nas condições de renda, mas também pautada por comportamento paternalista, onde subsistem relações tutelares de submissão.
- b) Aculturadas a dependência, as artesãs apresentam dificuldades em desenvolver e manter um trabalho auto-sustentável, que exige planejamento, execução e avaliação, considerando que o empoderamento da condição de cidadã exige mudanças sociopolítica, socioeconômica e institucional.
- c) Estas mudanças envolvem também a cultura patriarcal, que define o espaço doméstico como território feminino em oposição ao público como território masculino; é importante destacar que os relacionamentos sociais condicionam a continuidade, para a maioria das artesãs, desta situação. Assim, para se mudar a realidade de dependência e submissão é preciso transformar as relações existentes.

Quanto ao segundo questionamento sobre a possibilidade de carência de informação sobre os benefícios que o trabalho em gru-



po pode proporcionar, nos questionários e entrevistas observamos que são conhecidos os benefícios, mas, além do entrave econômico da aquisição do material, existe a passividade que alimenta a falta de energias políticas e o “despoderamento” que dificultam as articulações e reivindicações da comunidade. Esta cidadania passiva mina o potencial transformador e empreendedor e o processo de alienação impossibilita perceber a própria condição de dependência. A terceira questão pondera sobre a possível falta de condições em tornar-se membro dentro dos moldes em que estão estruturadas tanto a associação quanto a cooperativa. Aqui, Demo possibilita a reflexão quando afirma que a pobreza também está vinculada à privação do direito de exercer sua cidadania, sendo o cidadão manipulável, oprimido, coibido mesmo indiretamente de denunciar a falta de crédito e o excesso de burocracia que dificultam os desprovidos de recursos para um empreendimento, mesmo comprovadamente eficiente, como os tapetes de Lagoa do Carro. Também não podemos negar que existe o descrédito de artesãos no trabalho em grupo dentro do contexto que Demo qualifica de “politicamente pobre o cidadão que só reclama mas não se organiza para reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir” (1996: 23).

Por último, buscamos averiguar se seria puro conformismo, considerando que estão acostumadas a vender sua mão-de-obra desde quando a tapeçaria foi introduzida na cidade. Mais do que costume podemos afirmar que trata-se da necessidade de desenvolver

uma autêntica “cultura de cooperação” e exorcizar os denominados por Costa de “dragões da maldade”, que segundo o autor é um legado trágico de nosso passado e que acaba tolhendo o desenvolvimento de uma cultura cooperativa. Por outro lado são estimulados valores e comportamentos como descrença nas suas próprias forças e nos seus semelhantes, resistência às mudanças, desconfiança uns nos outros e nas instituições, apego às relações verticais de poder e ao velho clientelismo político, despreço pelas inovações e técnicas trazidas por gente de fora e incapacidade para buscar saídas coletivas. Fatores que impedem que uma comunidade tenha a capacidade de dinamizar o seu potencial, algo primordial para o desenvolvimento local.

O individualismo contribui na descrença de que grupos organizados em associações podem adquirir um certo poder reivindicatório e visibilidade no mercado. O personalismo encobre a premissa de que, unindo-se a outros, poderá fortalecer-se em busca de interesses comuns e a soma dos esforços possibilita à produção assumir maiores proporções.

### Considerações finais

Uma certa forma de inserção encontrada pelos moradores do município de Lagoa do Carro foi a atividade artesanal, mais precisamente a tapeçaria, que vem há vários anos garantindo trabalho e renda.

Percebe-se a lógica de sustentabilidade na aproximação entre o local e o global. A importância e a representatividade da atividade

artesanal em tapeçaria dependem de consumidores que estão em geral em outro território físico e econômico. A atividade também fundamenta sua sustentabilidade na junção de esforços de algumas artesãs no sentido de buscarem melhorias através da fundação de organizações como a Associação das Tapeceiras e a Cooperativa Arte Nossa. Sem as cooperativas seria difícil sobreviver e ultrapassar as fronteiras de Lagoa do Carro. Entende-se que a retração da atividade de plantio e coleta da cana-de-açúcar com a crise na agricultura canavieira motivou a busca de novas soluções. Em Lagoa do Carro, o artesanato, na produção de tapetes, tem representado uma busca de uma solução de sustentabilidade local, apesar das dificuldades na estruturação de uma consistente organização cooperativa.

### Bibliografia

- Ammann, Safira Bezerra, 1980, *Participação popular*, 3ª. ed., São Paulo, Cortez & Moraes.
- Bariani, Ortêncio, 1996, *Cartilha do folclore brasileiro*, Goiana, UCG.
- Buarque, Sérgio C., 1999, *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*, 2ª. ed., Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- Bursztyjn, Marcel (org.), 1994, *Para pensar o desenvolvimento sustentável*, São Paulo, Brasiliense.
- Cáurio, Rita, 1982, *Tapeçaria, passado e presente* (Módulo nº 72), p. 31.

Costa, Antonio Carlos Gomes da, 2002, *Por uma cultura de cooperação: capital social e mobilização empresarial de base*, Brasília, Sebrae.

Demo, Pedro, 1996, *Pobreza política*, 5ª. ed., Campinas, Autores Associados.

Galvão, Antonio Mesquita, 1997, *A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social*, Petrópolis, Vozes.

Jara, Carlos Julio, 1998, *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*, Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - Seplan.

Lesbaupin, Ivo, 2000, *Poder local versus exclusão social: uma experiência das prefeituras democráticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

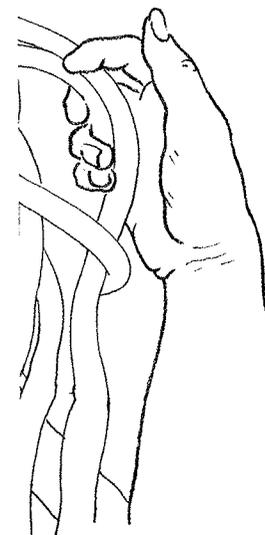
Maia, Isa, 1985, *Cooperativa e prática democrática*, São Paulo, Cortez.

Macedo, Kátia Barbosa, 2001, *Empresa familiar brasileira: poder, cultura e decisão*, Goiânia, Terra & UCG.

Martins, Saul, 1976, *Arte e artesanato folclóricos*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de assuntos Culturais, Fundação Nacional da Arte [s.d.] (*Cadernos de Folclore*, nº 10).

Noronha, Hermano Ferreira de e Marques, Nivaldo Estrela, 2001, *Desenvolvimento municipal: definindo a trajetória*, Campinas, CATI.

Pereira, Carlos José da Costa, 1979, *Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho: o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato*, Brasília, MTB.



Pochmann, Marcio, 2000, *O trabalho sob fogo cruzado*, São Paulo, Contexto.

Prefeitura de Lagoa do Carro, 2004, Informativo *Você faz parte dessa história* (publicidade), fevereiro.

Ribeiro, Berta G. et al., 1983, *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro: FUNART / Instituto Nacional do Folclore.

SEBRAE/PE, 2000a, *Serviço de apoio às micro e pequenas empresas de Pernambuco* (Série Artesão e Artesanato: Perfil do Artesanato em Pernambuco), Recife.

\_\_\_\_\_, 2000b, Serviço de apoio às micro e pequenas empresas de Pernambuco (Série Artesão e Artesanato: Lagoa do Carro), Recife.

Singer, Paul, 1999, *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, 3ª. ed., São Paulo, Contexto.

\_\_\_\_\_, e Souza Andrade, Ricardo de, 2000, *A economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*, 1ª. ed., São Paulo, Contexto.

Vieira, Liszt, 1997, *Cidadania e globalização*, Rio de Janeiro, Record.

